

## EDITORIAL

# Contribuições à disputa de interpretações sobre o Brasil

*Victoria Nicolielo Reginatto<sup>1</sup> | João Pedro Braga de Carvalho<sup>2</sup>*

O dossiê **Estudos brasileiros: passado, presente e futuro** foi concebido a partir do entendimento de que a história brasileira é marcada por eventos significativos que não apenas representam a realidade local, mas também refletem a situação internacional, inclusive, por vezes, os acontecimentos brasileiros até prenunciam as tensões globais. O desvelar histórico desde o descobrimento, passando pelo grito do Ipiranga, pela Proclamação da República, pela Revolução de 1930, pela ditadura varguista, pela ditadura civil-militar de 1964, pela Constituinte Democrática de 1987, pelas jornadas de 2013 e, agora, culminando, no fatídico ano de 2020, que media a passagem da década que vemos raiar no horizonte, apresenta algo em comum: **a disputa de interpretações**. Os estudos brasileiros revelam o complexo desafio de diagnosticar o passado do Brasil, em seu pensamento social e político que com várias vertentes e expressões tentam decifrar como chegamos aonde estamos. Para compreender o presente e, assim, conseguir reagir a ele da melhor forma, é indispensável a definição dos eventos do passado. Essa definição não pode ser neutra pois é ideológica; vive-se no país não apenas um embate interpretativo, mas um conflito de ideologias, nascidas no passado e adaptadas para o presente.

Em outra medida, torna-se necessário não só a mirada ao passado, mas também visões de futuro: pensamentos que traçam rumos, cenários prospectivos, planos e, em uma maior dimensão, utopias. A discussão de um projeto de país passa pela reconciliação dos diversos conflitos ideológicos e interpretativos que permeiam a história brasileira. Urge o uso da imaginação institucional pela cidadania para concretizar o previsto destino nacional de vigor. Entre saquaremas, luzias, escravagistas, abolicionistas, desenvolvimentistas, positivistas, liberais, conservadores, progressistas, socialistas, comunistas, nacionalistas, internacionalistas, são todos brasileiros e brasileiras. Dessa forma, o decênio iniciado em 2020, se revela um urgente período de inflexão e contemplação para compreender o passado,

---

<sup>1</sup> Editora-chefe da Revista de Ciências do Estado. Graduanda em Ciências do Estado pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

<sup>2</sup> Editor-chefe adjunto da Revista de Ciências do Estado. Graduando em Ciências do Estado pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

o presente e o futuro do país, a ebulição do conhecimento interpretativo precisa vir da Academia, para que se aclarem os possíveis caminhos do Estado de Direito do Brasil.

A dita ebulição foi o que deu forma a este número da Revista de Ciências do Estado, onde o leitor encontrará 27 trabalhos publicados, entre eles 10 artigos que compõem o dossiê **Estudos Brasileiros: Passado, Presente e Futuro**, 5 artigos pertencentes à seção “Brasil, 2020”, 8 artigos de temática livre, 1 ensaio, 2 resenhas e, por fim, a inédita entrevista concedida pelo Prof. Dr. Christian Edward Cyril Lynch. O volume de trabalhos muito instiga e inspira o Corpo Editorial, especialmente em tempos pandêmicos nos quais a produção intelectual se tornou mais um dos grandes desafios à saúde mental impostos pela necessidade de distanciamento. Esperamos que o leitor encontre ao longo dessas páginas um espaço de acolhida, inclusive para cumprir a fundamental tarefa de pensar o próprio país.

Iniciando os trabalhos do dossiê proposto, os autores João Pedro Braga de Carvalho e Raphael Machado abordam em **As novas formas de controle político: a guerra cultural e suas perspectivas na Reforma Trabalhista brasileira**, sob a ótica das guerras culturais, os impactos das alterações realizadas na legislação trabalhista durante o governo do presidente Michel Temer e suas relações com o espírito do tempo presente. Apresentam também discussões na seara da geopolítica internacional e dos cenários social e econômico acerca da ideologia neoliberal vigente ao redor do globo, elencando suas ligações com a dita Reforma Trabalhista. Em seguida **As características distintivas dos crimes de responsabilidade na tradição republicana brasileira do impeachment**, texto em que Almir Megali Neto realiza uma análise acerca do instituto do impeachment no Brasil, mais especificamente no que diz respeito à sua distinção com o modelo estadunidense, além de se debruçar sobre duas decisões do STF sobre o tema na segunda década do século passado. Já Mayara Lorena Barbosa de Almeida aborda, sob a luz da teoria crítica, trata das arbitrariedades do sistema penal brasileiro, analisando em específico o caso da prisão de Rafael Braga durante as manifestações de 2013 em seu texto **Caso Rafael Braga como evidência da subcidadania e seus reflexos no sistema penal** e ainda aponta, por exemplo, para o descompasso entre a garantia dos direitos fundamentais e as condições do modelo punitivo da justiça brasileira.

O texto **Princípio federativo e conflitos de competências constitucionais: uma análise sob o enfoque da gestão de crise da saúde pública na Pandemia de Covid-19**, de Arilson Garcia Gil, realiza uma análise acerca dos conflitos e as competências dos entes federados durante a pandemia de Covid-19 e seus papéis na divisão das medidas de combate ao vírus, além de apontar os debates no Supremo Tribunal Federal, abordando, por exemplo, o equívoco da interpretação de que a corte teria decidido pela exclusividade de atuação de

estados e municípios no combate à pandemia. Nessa direção, em **Dar não Dói, o que Dói é Resistir: o espetáculo teatral do grupo Tá na Rua enquanto instrumento de justiça de transição**, inspirada na obra teatral elencada no título, de autoria do grupo Tá na Rua, Ana Cândida Baêso Moura relaciona o enredo com a temática da justiça de transição e a ditadura militar no Brasil, utilizando como referencial teórico os estudos de Joaquín Herrera Flores, além de abordar temas como o direito à verdade e à memória. De autoria da Profa. Dra. Daniela de Melo Crosara, de João Vitor Flavio de Oliveira Nogueira e de Matheus Amaral Pereira de Miranda, o texto **Por uma bacuralização do processo: sobre a naturalização das reações aos conflitos e suas contradições processuais insuperadas** trabalha as interfaces do processo civil e suas relações com a resolução de conflitos, além de tratar da relação do filme Bacurau com a temática e utilizar-se de autores como Mangabeira Unger e a filosofia hegeliana. Em **Ainda sobre o problema da cidadania no Brasil: conformação histórica e desafios presentes**, Giulia Athayde, aborda os caminhos da cidadania no Brasil, fundamentando-se na teoria discursiva do direito e da democracia, utilizando das reflexões de pensadores como Jürgen Habermas e Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira em seu esforço argumentativo. Felipe Vinícius Capareli realiza um diagnóstico acerca do tempo presente no Brasil e propõe caminhos a partir do Pensamento Político Brasileiro, além de debater hipóteses constitucionalmente adequadas ao cenário atual em seu texto **Teoria da Constituição e Pensamento Político Brasileiro: primeiras aproximações**. Já em **Reflexões sobre o discurso midiático brasileiro e a legitimação da punição**, Samuel Rivetti Rocha Balloute discute os diversos aspectos acerca da abordagem da mídia brasileira em relação à criminalidade urbana e suas relações com o estado punitivo contemporâneo, a partir da amostragem de conteúdos midiáticos brasileiros e da revisão bibliográfica sobre o tema. Finalizando a seção, Edmundo Barboza Filho, à luz de autores como Marx e Florestan Fernandes, apresenta as discussões acerca da questão agrária e das peculiaridades do capitalismo brasileiro, observando as determinações produtivas e seus limites para a atividade econômica rural em **Contribuição à questão agrária: determinações produtivas e limites de autodeterminação para o campo brasileiro**.

A seguir, o número conta com a seção “Brasil, 2020”, elaborada com o auxílio do Prof. Dr. David Gomes, que nos oferece um amplo panorama acerca dos problemas enfrentados hoje pelo país, buscando ao mesmo tempo uma linha explicativa para esses distintos problemas em **Brasil, 2020: tentativa de diagnóstico**. Dialogando com esse texto, o Prof. Dr. Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira, traz à luz uma série de raciocínios realizados

e uma contribuição direta às análises acerca do Brasil contemporâneo e as tentativas de diagnóstico e solução das problemáticas atuais do país em **Anotações a ‘Brasil, 2020: tentativa de diagnóstico’, de David F. L. Gomes**. A Profa. Dra. Carla Benitez, em coautoria com o Prof. Dr. Gustavo Seferian, oferece uma reflexão importante acerca dos possíveis diagnósticos para o cenário brasileiro, abordando tópicos como a religiosidade no país e os movimentos sociais presentes na atualidade em **Quatro apontamentos para uma sempre inconclusiva avaliação conjuntural à quente: Diálogos com David Gomes**. Em **O Brasil latino-americano: colonialidade, déficit republicano e inquietações sobre/para o futuro, pela perspectiva descolonial**, a Profa. Dra. Denise Tatiane Girardon dos Santos pretende responder a indagação "Há elementos atuais que configurem a manutenção da colonialidade no Brasil atual?". Por fim, o texto **Um voo de galinha? Um ensaio sobre a Nova República**, do Prof. Dr. Marcelo Sevybricker Moreira, traz um balanço das experiências políticas e democráticas da Nova República brasileira, dialogando com os estudos do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos e os trabalhos do Prof. Dr. David Francisco Gomes acerca do papel do Brasil no contexto do neoliberalismo mundial contemporâneo e das diversas crises vividas durante tal período.

Já nos artigos de temática livre, o texto **A promoção da saúde na Constituição Federal de 1988**, de autoria da Profa. Dra. Renata Fortes Itagyba e de Vinicius Rocha Moço, realiza uma análise acerca da saúde pública brasileira e de seus aspectos constitucionais, tendo como foco principal a promoção da saúde e seus subprincípios, agregando também diversos outros conceitos multidisciplinares das Ciências da Saúde e das Ciências Jurídicas na reflexão. Em **"Colonialidade, democracia e o risco permanente de ruptura: uma reflexão a partir da obra de A. Quijano**, Rayann Kettuly Massahud de Carvalho, discorre acerca da colonialidade sob a ótica do pensamento de Aníbal Quijano, a partir de marcos como os do poder, do capitalismo e do eurocentrismo, focado especificamente no contexto do chamado Sul global. Aborda, também, os cenários de crises constantes envolvendo as sociedades de tais países periféricos no ambiente mundial. O texto **O Estado de Coisas Inconstitucional como estratégia de diálogo institucional no julgamento da ADPF 347 MC/DF pelo Supremo Tribunal Federal**, de Martin Magnus Petiz, trata sobre o conceito de Estado de Coisas Inconstitucional e faz uma comparação sobre a atuação da Corte Constitucional Colombiana e o Supremo Tribunal Federal brasileiro no que tange sua atuação acerca do tema e da decisão proferida na ADPF 347. O Prof. Dr. Flávio Oliveira em seu texto **O Cameralismo e os fundamentos da Ciência do Estado nos escritos de Seckendorf, Justi e Sonnenfels**, analisa o cenário político em que o Cameralismo foi desenvolvido, sob o recorte

da atuação de Seckendorff, Justi e Sonnenfels na formação das Ciências do Estado, além de jogar luz nos efeitos de tal construção na organização estatal alemã. Em **Lukács: trabalho, modos de produção e ontologia**, Mariana Alves de Andrade, traz uma reflexão acerca da obra “Para além da ontologia do ser social”, de György Lukács e busca discutir, por exemplo, o papel das mediações econômicas na socialidade e também categorias como a mais-valia, o próprio capitalismo e as ações das forças produtivas. Marco Antônio de Almeida Silva e Laura Ribeiro de Barros, abordam no texto **Governança metropolitana e gestão de crises no contexto da pandemia da COVID-19: uma revisão de literatura** a gestão de crises no Brasil, mais especificamente acerca do papel das metrópoles na gestão da pandemia de COVID-19 no país. O texto aponta, por exemplo, para o caráter multissetorial da crise em questão e os diversos percalços da administração pública no que diz respeito à falta de coordenação entre os entes federados. Em **Uma revisão sistemática sobre investigações narrativas no ensino de ciências nos últimos cinco anos na América Latina (2016-2020)**, o Prof. Dr. Raphael Alves Feitosa, realiza uma análise acerca dos métodos de pesquisa narrativa publicadas ao longo dos últimos cinco anos na América Latina, por meio da análise de literatura presente no Portal de Periódicos da CAPES, englobando aspectos relativos desde o ensino superior até a educação básica. E encerrando, Edson Jordan Mendes de Souza e Francielle da Conceição Drumond Figueiredo, abordam a possibilidade do reconhecimento de aplicação da qualificadora do feminicídio e da Lei Maria da Penha para transexuais no Brasil no texto **A (in)aplicabilidade da qualificadora do feminicídio e da Lei Maria Da Penha às mulheres transexuais**. Os autores realizam uma análise e interpretação sobre as legislações e decisões jurídicas a respeito do tema, além de trabalhar com a literatura jurídica específica ao assunto.

O ensaio **‘Brasil, 2020:’ tentativa de diálogo pelas vias discursivas**, da Profa. Dra. Adriana do Carmo Figueiredo, versa sobre o texto do Prof. Dr. David F.L. Gomes publicado na seção “Brasil, 2020” e traz uma análise a partir dos pensamentos da linguista Emmanuelle Danblon e de aspectos da teoria de Jürgen Habermas, relacionando-os com o cenário social brasileiro contemporâneo.

A resenha **Notas sobre o drama constitucional brasileiro: Resenha da defesa da Tese de Titularidade Dialética do Poder Moderador; Ensaio de uma Ontoteleologia do Estado do Brasil, de José Luiz Borges Horta**, de Thaylor Pascoalino, explicita como foi tratada a centralidade do Poder Moderador na história da organização do Estado brasileiro e como a recusa a se debater e aprofundar sobre esse tema tem atravancado as disputas políticas

no cenário do nosso país; além de demonstrar que a Tese se trata, inclusive, de um esforço de imaginação institucional e de uma renascença da Teoria do Estado nas Faculdades de Direito do país, reavivadas por meio da filosofia do Estado de Hegel. Em **A política da Primeira República em ‘Coronelismo, enxada e voto’, de Victor Nunes Leal**, Euclides César apresenta os principais aspectos abordados pelo autor em sua obra, desde a figura do “coronel” até os aspectos específicos do clientelismo e do mandonismo, por exemplo.

O número conta ainda com a inédita entrevista **Estudos brasileiros: o Pensamento Político como chave de interpretação do Brasil** com o Prof. Dr. Christian Edward Cyril Lynch, professor do Instituto de Estudos Políticos e Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) e pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), é um dos protagonistas nas discussões acerca do Pensamento Político Brasileiro, com interpretações e ideias originais de grande relevância para o atual debate acadêmico nas Humanidades. Através das perguntas elaboradas por editores da Revista de Ciências do Estado, o professor nos faz refletir sobre temas como os Estudos Brasileiros, os Pensamentos Social e Político, as possíveis Interpretações de Brasil, os Sistemas de Governo, o Poder Moderador, o Projeto de Brasil e sobre a Imaginação Institucional brasileira.

Por fim, agradecemos às autoras e aos autores que confiaram à Revista de Ciências do Estado a publicação de seus trabalhos, aos pareceristas pela parceria e empenho em todo processo de tramitação e a todos aqueles que fazem desta revista um espaço de reflexão e troca, continuaremos com nosso objetivo de promover boas discussões.